ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
DIRETORIA DE LOGÍSTICA E FINANÇAS

Contrato nº 208-16-CBMSC
Pregão Presencial nº 91-16-CBMSC

DE FORNECIMENTO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR / FUNDO DE MELHORIA DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR - FUMCBM, E DO OUTRO LADO A EMPRESA BEE2B INFORMÁTICA LTDA - EPP**.**

O **ESTADO DE SANTA CATARINA**, por intermédio do Corpo de Bombeiros Militar, com sede na Rua Almirante Lamego, nº 381, Centro, Florianópolis – SC, inscrito no CNPJ sob o nº 06.096.391/0001-76, doravante denominado Contratante, com recursos provenientes do Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros - FUMCBM, inscrito no CNPJ sob o nº 14.186.135/0001-06, representado neste ato pelo Senhor Tenente Coronel BM Eduardo Antonio Gomes da Rocha, Diretor Interino de Logística e Finanças - DLF, portador do CPF nº 483.959.510-00 e de outro lado a empresa, **BEE2B INFORMÁTICA LTDA - EPP**, estabelecida na Av. Lédio João Martins, nº435, Conjunto 501, Kobrasol, São José - SC, CEP 88.102-000, telefone (48) 3047-1828, inscrita no CNPJ sob o nº 12.450.249/0001-88, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por Vendedor, Maycon Cristian de Souza, portador(a) do CPF nº 062.525.429-54, firmam o presente instrumento de contrato de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E SUA EXECUÇÃO
O presente Contrato tem por objetivo a **AQUISIÇÃO DE PLACAS DE PROCESSAMENTO DE DADOS, MÓDULOS, REGULADORES DE TENSÃO, SENSORES E MANGUEIRA PARA SENSOR DE PRESSÃO PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA**, conforme especificações constantes no Anexo Único, produto(s) esse(s) adjudicado(s) à CONTRATADA em decorrência do(a) **Pregão Presencial nº 91-16-CBMSC.**

§1º A qualidade e especificações do objeto fornecido deverá atender à legislação especial federal, estadual e/ou municipal aplicáveis.

§2º São partes integrantes deste contrato, como se transcritos estivessem, o presente edital de licitação, seus anexos, e quaisquer complementos, os documentos, propostas e informações apresentadas pela licitante vencedora e que deram suporte ao julgamento da licitação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR, DO PREÇO, DOS REEQUILÍBRIOS ECONÔMICO-FINANCEIROS, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E ATUALIZAÇÃO POR INADIMPLEMENTO.

Do Valor

I - O valor deste contrato é de **R$ 190,00** (cento e noventa reais).

Do Preço

II - O preço dos produtos serão praticados conforme valores especificados no Anexo Único.

III - Do reajuste de preço – O preço estabelecido é irreajustável, durante a vigência do presente contrato, e inclui todos e quaisquer ônus, quer sejam tributário, fiscais ou trabalhistas, seguros, impostos e taxas, transporte, frete e quaisquer outros encargos necessários à execução do objeto do contrato;

IV - A revisão dos preços poderá ser concedida, pelo CONTRATANTE, a partir da análise e discussão de documento que demonstre a alteração dos custos, a ser encaminhada pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, nos termos do artigo 65, inciso II, alínea "d" da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e art. 2º do Decreto Estadual nº 968, de 16 de maio de 2012 (análise do Grupo Gestor de Governo), da forma como segue:
a) solicitação por escrito ao Diretor da DLF, através de carta registrada, com aviso de recebimento – AR, devendo comprovar o aumento dos encargos através de planilha de custos.

Das Condições de Pagamento

§ 1º A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor devido, por intermédio do Banco do Brasil, em no máximo 30 (trinta) dias, de acordo com o artigo 40, inciso XIV, alínea "a" da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, a contar da data de recebimento e aceitação definitiva do(s) produto(s) pelo gestor do contrato, constada no verso da nota fiscal/fatura, respeitado ainda o cronograma de pagamento fixado pela Secretaria de Estado da Fazenda.

§ 2º A nota fiscal/fatura deverá ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos relacionados no item HABILITAÇÃO (envelope de nº 1) do Edital, e constar em seu teor o número do empenho e/ou Autorização de Fornecimento, do contrato, do processo licitatório e o endereço da organização onde o produto for entregue, bem como ser emitida em favor da CONTRATANTE, CNPJ sob o nº 14.186.135/0001-06, conforme uma das opções abaixo:
I - em nome do **Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina**; ou
II - em nome do **Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros**; ou
III - em nome do **FUMCBM**.

§ 3º No documento fiscal referente à aquisição de mercadorias ou prestação de serviços deverão ser observados, nas operações internas, os benefícios de isenção de ICMS previstos no Anexo 2 – Benefícios Fiscais, Capítulo I – Das Isenções, do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto Estadual nº 2.870 de 27 de agosto de 2001, e suas alterações, como segue:
a) o objeto deste Contrato goza de isenção do ICMS, condicionado ao desconto no preço unitário do item, do valor equivalente ao imposto dispensado e à indicação do valor do desconto no respectivo documento fiscal de venda, conforme dispõe o artigo 1º, inciso XI, do Anexo 2, do Regulamento do ICMS do Estado de Santa Catarina, aprovado pelo Decreto estadual nº 2.870 de 27 de agosto de 2001, com amparo no Convênio ICMS nº 26/03;
b) **a isenção do ICMS** na aquisição de mercadorias por órgãos ou entidade da Administração Pública Estadual **alcança apenas fornecedores catarinenses;**
c) também goza de isenção o transporte das mercadorias adquiridas pela Administração Pública Estadual, nos termos do artigo 5º, inciso VI, do Anexo 2 supramencionado, caso em que também deverá ser indicado o desconto no documento fiscal respectivo.

§ 4º O pagamento será liberado, caso o valor ultrapasse a R$ 4.000,00 (quatro mil reais), mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Estadual de Santa Catarina e, se for o

caso, do estado em que for sediada a CONTRATADA, conforme Decretos Estaduais/SC nº 3.650, de 27 de maio de 1993 e nº 3.884, de 24 de agosto de 1993.

§ 5º A nota fiscal deverá vir acompanhada do Termo de Recebimento Definitivo, se for o caso.

§ 6º A apresentação da nota fiscal contrariando as exigências enunciadas nos §§ 2º, 3º e 4º acima implica na suspensão do pagamento, gerando sua devolução para correção, não sendo exigível, neste caso, atualização financeira dos valores, por inadimplemento.

§ 7º Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, bem assim, em razão de dano ou prejuízo causado à CONTRATANTE ou a terceiros, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

§ 8º O pagamento da fatura será sustado se verificada execução defeituosa do contrato, e enquanto persistirem restrições quanto ao fornecimento efetivado, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

§ 9º Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

§ 10º O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que não o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos efetuados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil.

Da Atualização por Inadimplemento

§ 11º Vencido o prazo estabelecido e não efetuado o pagamento pela CONTRATANTE, sem que haja culpa da CONTRATADA, os valores, poderão, se requeridos formalmente, ser corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 117, da Constituição Estadual e artigo 40, inciso XIV, alínea “c”, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA, PRAZOS, LOCAL DE ENTREGA, GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

I - O prazo de vigência deste instrumento é a partir de **25 de agosto até 06 de janeiro de 2017**, sem prejuízo do prazo de garantia, observada a vigência do correspondente crédito orçamentário.

II – O prazo de entrega do produto será até **31 de outubro de 2016.**

III - O prazo para substituir o objeto, prestar assistência técnica e concluir os reparos é de no máximo **10 (dez) dias**, a partir da comunicação de defeito feita pelo Contratante, devendo ser realizada no horário de expediente.

IV - A garantia dos objetos deste contrato contra quaisquer defeitos de fabricação compreendendo, a substituição de peças, ajustes, reparos e correções necessárias, é de **12 (doze) meses**, contados a partir do recebimento definitivo.

V - Dos objetos:
a) O(s) produto(s) deverá(ão) ser entregue(s) no(a) Almoxarifado da Divisão de Tecnologia da Informação - Rua Santos Saraiva, ,º296, Bairro Estreito, Florianópolis - SC, CEP 88.070-100, em dia útil no horário compreendido entre 1300h e 1900h, observadas as seguintes condições.

§1º - Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a remover os defeitos apresentados nos objetos contratados, compreendendo, nesse caso, a substituição de peças, ajustes, reparos e correções necessárias. Todas as despesas havidas no período de garantia, tais como conserto, substituição de peças, transporte, mão-de-obra e manutenção dos equipamentos correrão por conta da CONTRATADA, não cabendo à CONTRATANTE quaisquer ônus.

§2º - O CONTRATANTE poderá autorizar a prorrogação do prazo final de entrega, desde que configuradas quaisquer das hipóteses previstas no art. 57, §1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
O pagamento do presente contrato correrá à conta dos recursos consignados no Orçamento do Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros - FUMCBM, CNPJ nº 14.186.135/0001-06 – Fonte 0111/0311/0628, Subação 13225, Item Orçamentário 33.90.30.17.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Da CONTRATADA

I – Obriga-se a CONTRATADA:
a) ao cumprimento integral do objeto deste contrato;
b) ao fornecimento do objeto deste contrato, em consonância com o processo licitatório e de acordo com as especificações constantes no Anexo Único deste instrumento, com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
c) entregar o(s) bem(ns) adquirido(s) no prazo e local especificados na Cláusula Terceira, dentro de sua(s) embalagem(ns) individual(ais) original(ais) e lacradas; estas por sua vez em caixas de papelão próprias para este fim, bem como atender às determinações da CONTRATANTE;
d) apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência do(s) bem(ns) adquirido(s), sem qualquer ônus adicional;
e) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto deste contrato;
f) solicitar a prorrogação do prazo previsto na Cláusula Terceira até o vencimento, desde que justifique e comprove suas alegações; vencido o prazo para entrega sem o cumprimento da obrigação, será enviado à empresa comunicado, por escrito, concedendo um prazo de 5 (cinco) dias para regularização do fornecimento ou apresentação de defesa prévia;
g) manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas no processo licitatório;
h) permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo CONTRATANTE ao local de fornecimento do(s) objeto(s);
i) a estender a este contrato, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da CONTRATADA;
j) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas diretas e indiretas decorrentes do fornecimento/prestação dos serviços, tais como fretes, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto deste instrumento;

k) responsabilizar-se civil e criminalmente por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à CONTRATANTE ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de dolo, imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade com a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE ou qualquer outro órgão fiscalizador.
l) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência do fornecimento;
m) reparar, corrigir, remover, reconstruir e substituir, no todo ou em parte, às suas expensas, no prazo constante na Cláusula Terceira, à partir da intimação, os bem(ns) que for(em) recusados por apresentarem-se danificado(s)/defeituoso(s), resultantes da fabricação ou da execução do fornecimento, com prazos de validade vencidos, se for o caso, ou que estiverem em desacordo com o disposto no edital e seus anexos. Aplica-se o disposto nesta alínea aos bem(ns) adquirido(s) que apresentarem vícios, defeitos ou incorreções durante o período de garantia;
n) responder pelos danos que porventura venha a ocasionar a equipamentos em razão da qualidade do(s) bem(ns) adquirido(s) ser(em) inadequado(s), sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;
o) arcar com todas as obrigações tributárias e previdenciárias oriundas desta contratação;
p) arcar com o ônus, quando forem constatadas irregularidades, de acordo com os termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e com a Legislação de Defesa do Consumidor;
q) fornecer, mediante solicitação escrita, todas as informações julgadas relevantes pelo CONTRATANTE;
r) comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
s) realizar os serviços de montagem/entrega nos horários determinados pela CONTRATANTE. A instalação/entrega poderá ocorrer no período da tarde, noite ou em finais de semana, para que não haja interferência no expediente normal de trabalho, desde que previamente autorizado pelo CONTRATANTE;
t) prestar assistência durante o período de garantia, contada a partir da data do recebimento definitivo do objeto, consubstanciada na manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, com a periodicidade definida pelo fabricante, na instalação e aceite dos equipamentos em questão;
u) fornecer, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE, quaisquer componentes adicionais, necessários ao perfeito fornecimento do(s) bem(ns) adquirido(s);
v) enviar ao CONTRATANTE, caso haja a necessidade de instalação do(s) bem(ns) adquirido(s), relação nominal e dados documentais de todos os funcionários que trabalharão na execução dos serviços, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas do início dos trabalhos. Qualquer alteração na relação dos funcionários deverá ser imediatamente comunicada ao CONTRATANTE;
x) manter a disciplina entre o seu pessoal, fazendo-o cumprir, na execução dos serviços, as normas legais sobre segurança contra riscos de acidentes, se for o caso;
y) manter a execução dos serviços em ritmo adequado e eficiente, se for o caso;
z) montar o(s) bem(ns) adquirido(s) e deixá-lo(s) em perfeita(s) condição(ões) de uso, se for o caso;
aa) entregar manuais técnicos, certificados e garantia original do fabricante, redigido em português, ou traduzido para o português, se for o caso, bem como todos e quaisquer documentos relacionados ao(s) bem(ns) fornecido(s) - individualmente;
ab) emitir notas fiscais eletrônica, conforme determina a legislação vigente;
ac) outras obrigações específicas descritas no Anexo Único, se for o caso.

Da CONTRATANTE

II – Obriga-se o CONTRATANTE:
a) prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
b) acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por meio de seus representantes;
c) notificar, por escrito, à CONTRATADA a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do objeto deste Termo, para que sejam tomadas providências em face de quaisquer irregularidades;
d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de readequação dos preços contratados, visando a

equiparação aos preços;
e) efetuar pagamento à CONTRATADA de acordo com a forma e prazo estabelecido na cláusula segunda.

§ 1º O inadimplemento das obrigações previstas no presente Contrato, ou a ocorrência de quaisquer das situações descritas no Art. 78 da Lei n° 8.666/93, será comunicada pela parte prejudicada à outra, mediante notificação por escrito, entregue diretamente ou por via postal, com Aviso de Recebimento, a fim de que seja providenciada a regularização nos termos do Parágrafo Único do artigo 78.

CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL POR ADITAMENTO

§ 1º O Contrato a ser celebrado poderá ser alterado, na forma e condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
§ 2º O contratado fica obrigado a aceitar, nos termos do art. 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário até 25% do valor atualizado do contrato, não cabendo nesse caso qualquer tipo de indenização.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em Lei, com assento no Capítulo III, Seção V, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nos seguintes casos:
I – por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
II – amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração, mediante formalização através de aviso com antecedência mínima de 30 dias, não cabendo indenização de qualquer das partes, exceto para pagamento dos fornecimentos comprovadamente prestados;
III – judicialmente, na forma da legislação vigente;
IV – a rescisão contratual determinada por ato unilateral, em que constatado o descumprimento do avençado, acarreta as seguintes consequências para a CONTRATADA, sem prejuízo das sanções previstas:
a) execução dos valores das multas e indenizações devidas à CONTRATANTE;
b) retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

As empresas que não cumprirem as normas de licitação e as obrigações contratuais assumidas estarão sujeitas às sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e no Decreto Estadual nº 2617, de 16 de setembro de 2009, quais sejam:

I – Advertência
II – Multa:
a) 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso na entrega do produto ou execução do serviço, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento);
b) 10% (dez por cento) em caso de não entrega do produto, não conclusão do serviço ou rescisão contratual, por culpa da CONTRATADA, calculado sobre a parte inadimplente;
c) de até 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

III – Suspensão:
a) por até 5 (cinco) anos, na modalidade de pregão, e não superior a 2 (dois) anos para as demais modalidades, quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios;
b) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a autorização de fornecimento ou assinar o contrato;
c) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da autorização de fornecimento e/ou do contrato;
d) até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no inciso II.
IV – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em caso de faltas graves apuradas por intermédio de processo administrativo.
V – Na aplicação das penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou CONTRATADA, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas às justificativas da licitante ou CONTRATADA, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
VI – As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/CONTRATADA.
VII – Nenhum pagamento será realizado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
VIII - As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra, bem como não impede que concomitantemente sejam aplicadas outras penalidades previstas na Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993.
IX - A multa será descontada dos créditos da CONTRATADA ou por outra forma de cobrança administrativa ou judicial, se for o caso, e em ultrapassando os créditos do contrato, seu valor será atualizado e compensado financeiramente, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação.
X - O atraso para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega dos produtos.
XI - No caso da CONTRATADA não aceitar a ordem de fornecimento ou ocorrer qualquer atraso na entrega dos produtos, sem prévia e expressa justificativa, será considerado como recusa e, independentemente das multas previstas nos itens anteriores, poderá, a critério da Contratante, dar causa ao cancelamento da notificação, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento de perdas e danos, honorários advocatícios e demais cominações legais, podendo então os demais licitantes ser convocados por ordem de classificação enquanto houver conveniência para a Contratante.
§ 1º As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
§ 2º As sanções previstas nos incisos I, II e III desta cláusula são de competência do Diretor da DLF, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
§ 3º A sanção administrativa prevista no inciso IV, por força do art. 87, § 3º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, é de competência exclusiva do Secretário de Estado da Administração, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

CLÁUSULA NONA – DA VINCULAÇÃO

Vincula-se o presente Contrato às disposições da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Estadual nº 12.337 de 5 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, alterações

posteriores, demais normas legais federais e estaduais vigentes, o Edital do Pregão Presencial nº 91-16-CBMSC, à proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FISCAL E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

I - O Fiscal do contrato é o Ten Cel BM Eduardo Antonio Gomes da Rocha, devendo solicitar, conferir, receber e controlar o objeto, em conformidade com a qualidade, quantidades e saldo para pagamento. Essa competência poderá ser delegada para outro servidor bombeiro militar, desde que essa delegação seja publicada em Boletim Interno próprio ou do quartel a que estiver subordinado, além de ser indispensável a ciência por escrito do servidor que recebeu a delegação, como também a comunicação formal à DLF da substituição do gestor do contrato.

II - O recebimento do objeto deste contrato ficará condicionado a observância das normas contidas no art. 40, inciso XVI, c/c o art. 73 inciso II, "a" e "b", da Lei 8.666/93 e alterações, sendo que a conferência e o recebimento ficarão sob as responsabilidades de Servidor e/ou Comissão, podendo ser:

a) provisoriamente, mediante recibo na Nota Fiscal por servidor(es) designado(s) pelo gestor do contrato, no ato da entrega dos produtos, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com as especificações; e

b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, por uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pelo Diretor de Logística e Finanças do CONTRATANTE, nos casos de aquisição de equipamentos de grande vulto, conforme exigência do §8º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, ou mediante recibo, pelo gestor, nos demais casos.

§ 1º Na hipótese de o termo circunstanciado ou a verificação a que se refere este artigo não serem, respectivamente, lavrado ou procedida dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, desde que comunicados à Administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos.

§ 2º Os objetos contratados deverão ser desembalados e conferidos por técnicos capacitados da CONTRATADA. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os produtos foram entregues em desacordo com a proposta, com defeito, fora de especificação ou incompletos, após a notificação por escrito à Contratada serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanada a situação.

§ 3º Ocorrendo a hipótese prevista no parágrafo anterior, será lavrado Termo de Recusa, no qual deverão ser descritas as divergências, e comunicado a CONTRATADA para que no prazo constante na Cláusula Terceira, contados do recebimento do comunicado expedido pelo gestor, sane os problemas detectados e, se for o caso, substitua o(s) produto(s) entregue(s) por outro compatível com a proposta apresentada, nos termos do objeto deste contrato.

§ 4º O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do fornecimento e/ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

§ 5º Nos termos do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor ou por uma comissão, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição. Os representantes do CONTRATANTE, sob pena de serem responsabilizados administrativamente, anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em 10 (dez) dias corridos para a adoção das medidas convenientes.

§ 6º A CONTRATADA deverá manter preposto aceito pelo CONTRATANTE para representá-la na execução do contrato.

§ 7º A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
§ 8º A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
§ 9º O CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO
Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, com a renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para serem dirimidas questões originárias da execução do presente contrato.
E, por assim estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo em 2 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Florianópolis, 25 de agosto de 2016.

EDUARDO ANTONIO GOMES DA ROCHA – Ten Cel BM CONTRATANTE	**MAYCON CRISTIAN DE SOUZA** CONTRATADA

Testemunhas:

LEONARDO PORTO MAPELLI - Soldado BM Auxiliar do Centro de Contratos e Convênios	**RODRIGO PHELIPE PFLEGER - Soldado BM** Auxiliar do Centro de Contratos e Convênios

….....

ANEXO "ÚNICO" AO CONTRATO

1. QUADRO QUANTITATIVO

LOTE I							
ITEM	CÓDIGO	PRODUTO	UNID.	QTDE	MARCA/ MODELO	VALOR UNIT.	TOTAL
05				1	CRISTAL	R$ 190,00	R$ 190,00
						VALOR TOTAL:	**R$ 190,00**

2. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS

2.1. ÍTEM 01 – MODULO DE COMUNICAÇÃO:

2.1.1. O produto deverá possuir taxa de dados máxima de 250kbps;
2.1.2. O produto deverá possuir potência de saída: 1mW (+0dBm);
2.1.3. O produto deverá possuir área de cobertura: 100m;
2.1.4. O produto deverá possuir antena já embutida na placa;
2.1.5. O produto deverá possuir totalmente certificado FCC;
2.1.6. O produto deverá possuir 6 pinos de entrada de ADC 10bits;
2.1.7. O produto deverá possuir 8 pinos digitais I/O;
2.1.8. O produto deverá possuir encriptação 128bits;
2.1.9. O produto deverá possuir configuração local ou sem fio;
2.1.10. O produto deverá possuir set de comandos AT ou API;
2.1.11. O produto deverá possuir frequencia de operação 2,4GHz;
2.1.12. O produto deverá possuir protocolo de operação 802.15.4 (a base do Zigbee);
2.1.13. Devera acompanhar com o modulo:
2.1.13.1. Case compativel com o modulo de comunicação;

2.2. ÍTEM 02 MODULO ADAPTER USB-TTL :

2.2.1. O produto deverá possuir fácil conexão ao computador via cabo USB mini;
2.2.2. O produto deverá possuir suporte do software X-CTU;
2.2.3. O produto deverá possuir também usado como adaptador USB-TTL;
2.2.4. O produto deverá possuir tensão de Operação: +5V (USB Power);
2.2.5. O produto deverá possuir compatibilidade com o Modulo de comunicação (Itén 3.2);
2.2.6. O produto pode ser usado como um adaptador USB-TTL;

2.3. ÍTEM 03 – PLACA DE PROCESSAMENTO DE DADOS 1:

2.3.1. O produto deverá possuir processador de 900 MHz quad-core ARM Cortex-A7;

2.3.2. O produto deverá possuir 1 Gb de memória RAM;

2.3.3. O produto deverá possuir 4 portas USB;

2.3.4. O produto deverá possuir conexão 40 pinos GPIO;

2.3.5. O produto deverá possuir porta HDMI completa;

2.3.6. O produto deverá possuir porta Ethernet;

2.3.7. O produto deverá possuir combinado 3,5 mm áudio e vídeo composto;

2.3.8. O produto deverá possuir interface câmera (CSI);

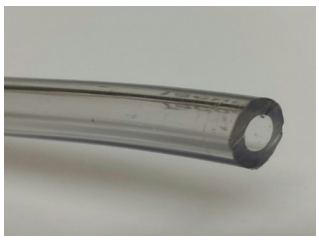
2.3.9. O produto deverá possuir interface display (DSI);

2.3.10. O produto deverá possuir slot para cartão micro SD;

2.3.11. O produto deverá possuir videoCore IV 3D graphics core.
2.3.12. Devera acompanhar com a placa:
2.3.12.1. Fonte de alimentação INPUT 100-240V~50/60Hz 0.18A, OUTPUT 5.0V 1.0A
2.3.12.2. Case tranparente para a placa de processamento.
2.3.12.3. Cartão Micro SDHC I Classe 10 32GB.

2.4. ÍTEM 04 - PLACA DE PROCESSAMENTO DE DADOS 2:
2.4.1. O produto deverá possuir CPU 1GHz ARM A8;
2.4.2. O produto deverá possuir GPU: OpenGL ES2.0, OpenVG 1.1;
2.4.3. O produto deverá possuir 1GB DRAM;
2.4.4. O produto deverá possuir Onboard Storage:4GB Flash;
2.4.5. O produto deverá possuir suporte a Linux3.0, Ubuntu12.04 e Android ICS 4.0;
2.4.6. O produto deverá possuir conexão RJ45 Ethernet;
2.4.7. O produto deverá possuir conexão On-Board Wi-Fi Module;
2.4.8. O produto deverá possuir tensão de entrada 2A @ 5VDC;
2.4.9. O produto deverá possuir interface de API:
2.4.9.1. O produto deverá interface UART;
2.4.9.2. O produto deverá interface ADC;
2.4.9.3. O produto deverá interface PWM;
2.4.9.4. O produto deverá interface GPIO;
2.4.9.5. O produto deverá interface I2C;
2.4.9.6. O produto deverá interface SPI;
2.4.10. O produto deverá suportar programas em C, C++, Java e Python
2.4.11. O produto deverá possuir HDMI Video Output;
2.4.12. O produto deverá possuir suporte a Arduino Shield

2.5. ÍTEM 05 - Mangueira para Sensor de pressão:
2.5.1. O produto deverá possuir 50 metros;
2.5.2. O produto deverá ser confeccionado em material flexível;
2.5.3. O produto deverá possuir resistência a intempéries;
2.5.4. O produto deverá possuir matéria-prima em PCV;
2.5.5. O produto deverá ser transparente para visualizar o fluído sendo conduzido;
2.5.6. O produto deverá possuir diâmetro interno de 3/16" e 4,76mm;
2.5.7. O produto deverá possuir espessura de 2mm;
2.5.8. O produto deverá suportar 13.0 Kgf/cm² de pressão de trabalho;
2.5.9. O produto deverá suportar 40.0 Kgf/cm² para ruptura;
2.5.10. O produto deverá possuir compatibilidade para conexão com sensor de pressão para arduíno;
2.5.11. O produto deverá ser como a imagem abaixo:



2.6. ÍTEM 06 - REGULADOR DE TENSÃO:
2.6.1. O produto deverá possuir tensão de entrada: 3,2-40v;

2.6.2. O produto deverá possuir tensão de saída: 1,5-35v (ajustável, entrada deve ser 1,5v maior que a saída);
2.6.3. O produto deverá possuir corrente de saída: 2A corrente nominal, 3A máxima, Eficiência de conversão: até 92%;
2.6.4. O produto deverá possuir tensão suspensa mínima: 1,5v;
2.6.5. O produto deverá possuir velocidade de comutação: até 150KHz;
2.6.6. O produto deverá possuir diâmetro interno de 3/16" e 4,76mm;
2.6.7. O produto deverá possuir velocidade de resposta dinâmica: 5% 200US.;
2.6.8. O produto deverá suportar circuito de proteção: SS36;
2.6.9. O produto deverá suportar temperatura de operação: classe industrial (-40 ℃ a 85 ℃) (potência de saída de 10W ou menos);
2.6.10. O produto deverá possuir dimensões aproximadas: 46x22mm;

2.7. ÍTEM 07 - MÓDULO WIFI:
2.7.1. O produto deverá possuir protocolo de operação 802.11 b/g/n;
2.7.2. O produto deverá possuir WiFi Direto (P2P), soft-AP;
2.7.3. O produto deverá possuir protocolo TCP/IP;
2.7.4. O produto deverá possuir PLL integrado;
2.7.5. O produto deverá possuir potência de saída de +19,5dBm no modo 802.11b;
2.7.6. O produto deverá possuir DCXO e unidade de gerenciamento de potência;
2.7.7. O produto deverá possuir CPU de 32bits de baixa potência integrada;
2.7.8. O produto deverá possuir SDIO 1.1/2.0, SPI, UART;
2.7.9. O produto deverá possuir STBC, 1x1 MIMO, 2x1 MIMO;
2.7.10. O produto deverá possuir consumo em standby: menos de 1,0mW;
2.7.11. O produto deverá possuir memória: 1Mb;

2.8. ÍTEM 08 - Arduíno Ethernet Shield:
2.8.1. O produto deverá possuir função de comunicação entre uma placa Arduino e a Rede Ethernet local;
2.8.2. O produto deverá possuir conexão RJ45;
2.8.3. O produto deverá possuir suporte para GNU/Linux;
2.8.4. O produto deverá possuir compatibilidade com IEEE802.3af;
2.8.5. O produto deverá possuir faixa de tensão de entrada de 36V a 57V;
2.8.6. O produto deverá possuir proteção contra sobrecarga e curto-circuito;
2.8.7. O produto deverá possuir saída de 9V;
2.8.8. O produto deverá possuir ondulação de baixa potência e ruído (100mVpp);
2.8.9. O produto deverá possuir isolamento 1500V (Entrada e saída);
2.8.10. O produto deverá possuir compatibilidade com placa de Captura de dados;
2.8.11. O produto deverá possuir conector de cartão Micro SD;
2.8.12. O produto deverá possuir compatibilidade para suportar quatro conexões de soquete simultâneas;
2.8.13. O produto deverá possuir indicadores de LED para Power, Link Full Duplex, conectividade 100M, Tx, Rx e Rede de colisões;
2.8.14. O produto deverá possuir velocidade de conexão 10/100Mb;

2.9. ÍTEM 09 – Arduíno UNO:
2.9.1. O produto deverá possuir tensão de operação de 5V;
2.9.2. O produto deverá possuir tensão de entrada de 7 a 12V (recomendado);
2.9.3. O produto deverá possuir 14 Digital I/O Pins (os whitch 6 provide PWM output);
2.9.4. O produto deverá possuir 6 PWM digital I/O Pins;
2.9.5. O produto deverá possuir 6 pinos de entrada analígica;
2.9.6. O produto deverá possuir 20mA DC Current por I/O pin;

2.9.7. O produto deverá possuir 50mA DC Current for 3.3V Pin;
2.9.8. O produto deverá possuir memória flash de 32KB;
2.9.9. O produto deverá possuir 2KB SRAM;
2.9.10. O produto deverá possuir 1KB EEPROM;
2.9.11. O produto deverá possuir 16MHz Clock Speed;
2.9.12. O produto deverá possuir 68.6mm Lenght;
2.9.13. O produto deverá possuir 53.4mm Width;
2.9.14. O produto deverá possuir 26g de peso máximo.
2.9.15. O produto deverá possuir fonte de alimentação 12VDC 1A (220V)compatível com a placa; e
2.9.16. O produto deverá possuir shell case plástico ou acrílico compatível com a placa;
2.9.17. Deverá acompanhar adaptador de tomada para o padrão brasileiro (NBR14136).

2.10. ÍTEM 10 - Sensor de pressão:
2.10.1 O produto deverá possuir compatibilidade total com arduíno;
2.10.2 O produto deverá possuir medidas conforme o link;
2.10.3 O produto deverá possuir 6 pinos para ligação elétrica;
2.10.4 O produto deverá possuir pinos de alimentação de VCC (5V) e GND;
2.10.5O produto deverá possuir pino de alimentação VCC de saída;
2.10.6 O produto deverá possuir compensação automática para variação de temperatura entre 0ºC até 85ºC já calibrado pelo fabricante;
2.10.7 O produto deverá possuir faixa de pressão operacional de 15kPa a 700kPa (2.18 a 101.5 PSI);
2.10.8 O produto deverá possuir conexão para entrada do gás;
2.10.9 O produto deverá possuir tensão de alimentação de 5V;
2.10.10 O produto deverá possuir sensibilidade V/P de 6.4mV/kPa;
2.10.11 O produto deverá possuir corrente de suprimento de 7mA;
2.10.12 O produto deverá possuir faixa de temperatura de operação de -40ºC a +125ºC;
2.10.13 O produto deverá possuir peso máximo de 3g (sem o case de proteção);
2.10.14 O produto deverá possuir dimensões de 29mm (C) x 37mm (L) x 8mm (A);
2.10.15 O produto deverá possuir orifício para contato com a pressão atmosférica;
2.10.16 O produto deverá possuir cor predominante preta;
2.10.17 Deverá acompanhar com o produto:
2.10.17.1 Case de proteção resistente à água com suporte para fixação nas laterais;
2.10.17.1 Parafusos para fechar o case e para fixá-lo;
2.10.17.2 O case deverá ser conforme imagens abaixo:

3. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

3.1.3.1. O(s) produtos(s) deverá(ão) ser entregue(s) no(a) Almoxarifado da Divisão de Tecnologia da Informação, sito a Rua Santos Saraiva, 296, Bairro Estreito - Florianópolis-SC, CEP 88.070-100., no horário compreendido entre 1300h e 1800h, observadas as seguintes condições:
3.1.1. **o prazo de entrega do(s) produto(s) cotado(s), será até o dia 31 de outubro de 2016**, a contar da data do contrato;
3.1.2. o **prazo para correção e/ou substituição de produtos com defeitos**, será de 10 dia(s), a contar da data do recebimento da intimação.
3.1.3. **o prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados da data limite para apresentação das propostas neste pregão**;
3.1.4. o **prazo de garantia** do(s) produto(s) cotado(s), será de 12 (doze) meses meses, a contar da data do recebimento do (s) mesmo (s);
3.1.5. o texto e demais exigências legais previstas devem estar em conformidade com a legislação do Código de Defesa do Consumidor e legislação específica no que couber; e
3.1.6. os produtos devem ser entregues em suas embalagens originais, estas por sua vez em caixas de papelão próprias para este fim, conforme o caso.
3.2. O recebimento do objeto deste contrato ficará condicionado a observância das normas contidas no art. 40, inciso XVI, c/c o art. 73 inciso II, “a” e “b”, da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, sendo que a conferência e o recebimento ficarão sob as responsabilidades de Servidor e/ou Comissão de Recebimento do Almoxarifado, podendo ser:

3.2.1. provisoriamente, mediante recibo na Nota Fiscal por servidor(es) designado(s) pelo gestor do contrato, no ato da entrega dos produtos, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com as especificações; e

3.2.2. definitivamente, conforme exigência do §8º do artigo 15 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, pelo gestor ou por uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela Diretoria de Logística e Finanças do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias úteis a contar do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material.

3.3. Caso o(s) bem(ns) não esteja(m) de acordo com os termos da proposta apresentada, será(ão) o(s) mesmo(s) devolvido(s).

3.4. Ocorrendo a hipótese prevista no item anterior, terá a CONTRATADA o prazo de até 5 (cinco) dias corridos, contado a partir do recebimento do comunicado expedido pelo gestor para sanar os problemas detectados e, se for o caso, substituir o produto entregue por outro compatível com a proposta apresentada, nos termos do objeto deste contrato.

3.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do fornecimento e/ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

3.6. Nos termos do artigo 67 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor ou por uma comissão, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição. Os representantes do CONTRATANTE, sob pena de serem responsabilizados administrativamente, anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em 10 (dez) dias corridos para a adoção das medidas convenientes.

3.7. A CONTRATADA deverá manter preposto aceito pelo CONTRATANTE para representá-la na

execução do contrato.

3.8. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

3.9. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

3.10. O CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato.